



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 22/11/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Boa noite a todos.

Declaro abertos os trabalhos desta audiência pública da Comissão de Educação, para discutir o fechamento de salas de EJA no município de São Paulo, com a presença dos Vereadores Daniel Annenberg, de forma *on-line*; Eduardo Suplicy, presencialmente; Eliseu Gabriel, representado pelo Sr. Fábio.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br no *link* Auditórios *On-line*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 17/11/2022, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas. As inscrições, de forma presencial, estão abertas. Favor dirigir-se ao Rafael, ao Fernando, da assessoria, para fazer a inscrição e ter acesso à fala.

Também estarão conosco três escolas da periferia, que estão chegando. Está presente também a Vereadora Luna Zarattini, que assumirá seu mandato a partir de março. Gostaria também de anunciar a presença da Professora Luciene Cavalcante, professora e supervisora da rede municipal, 1ª Suplente a Deputada Federal do PSOL, a quem convido para compor a Mesa.

Foram convidados para esta audiência a Secretaria Municipal da Educação, representada pela Sra. Patricia Rozo Duarte, da Coordenadoria de Gestão e Organização Educacional; e a Sra. Simeia de Matos Oliveira, da Coordenadoria Pedagógica, a quem agradecemos a presença e faremos uma oitiva muito importante dos problemas que serão apresentados nesta noite. Também a presença da Secretaria Municipal de Cultura; da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada de forma *on-line* pelo Sr. Caio Silveira, assessor da Diretoria de Qualificação Profissional; da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, representada pelo Sr. Gustavo Samuel da Silva Santos, coordenador auxiliar do Núcleo de Infância e Juventude, de forma *on-line*; do Tribunal de Contas do Município, representado pelos auditores Fred Henrique Miler e Leonardo André de Oliveira; do Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público – Geduc; do Conselho Municipal de

Educação; do Sr. Fernando Luiz Cássio Silva, professor da Universidade Federal do ABC; do Sr. Daniel Cara, professor da Faculdade de Educação da USP; do Sr. Alexandre Schneider, pesquisador do Transformative Learning Technologies Lab da Universidade Columbia, Nova Iorque; ex-Secretário Municipal de Educação de São Paulo.

A Sra. Lara Elena Ramos Simielli, professora do Departamento de Gestão Pública da FGV informou que não poderá participar. Também foram convidados os Srs. Vitor Henrique Paro, professor da USP; Iracema Santos do Nascimento, professora da USP; o Coletivo Paulo Freire; Arnaldo Ribeiro dos Santos, da Aprofem, a quem convido também para compor a Mesa; e as entidades sindicais: Sedin, Sindsep, Sinesp e Sinpeem.

Esta audiência pública foi requisitada na Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal porque a gente tem percorrido as 13 Diretorias Regionais de Ensino da nossa cidade e observamos que a demanda do número de denúncias de fechamento de salas de aula está absurda, um número grande de jovens e adultos que estão tendo acesso negado à educação, que é direito constitucional dessas pessoas, não é nenhum favor.

Parece que há um processo de fechamento da EJA da cidade de São Paulo, ou criação de EJA longe da residência do estudante. E a gente entende muito bem que o aluno da EJA vem cansado do trabalho e, se não houver condições de ele estudar próximo do seu trabalho ou da sua residência, dificulta muito o acesso e a permanência, com qualidade, para que esses jovens e adultos possam voltar a frequentar a escola, ter acesso à educação. Mas é isso que está acontecendo com a educação desses jovens quando se fecham as salas de EJA.

E os números de pessoas em situação de analfabetismo na cidade de São Paulo, que depois vamos mostrar, são assustadores e aumentam a cada dia; e inversamente proporcional diminui o número de escolas abertas na cidade de São Paulo.

Portanto, esta audiência pública se presta a isso, para a gente ouvir os professores, educandos, os professores das universidades, a Defensoria, o Ministério Público, para que a gente chegue a um diagnóstico e o leve para a Secretaria Municipal de Educação, cujo Secretário Fernando Padula estava presente hoje mesmo neste plenário e eu fiz a ele a indagação dos

recursos orçados para a Educação, pois temos R\$ 20 bilhões orçados para a Educação no exercício de 2023. E não é possível que, com a maior Secretaria da Prefeitura, a mais importante, com mais recursos, da maior cidade da América Latina, aconteça essa situação de pessoas sendo impedidas de ter acesso à educação, o que é básico.

Outras cidades do Brasil têm políticas voltadas para o incentivo da educação, abertura de salas, o acolhimento desses jovens e adultos que querem estudar e têm o direito a voltar a estudar.

Vou passar a palavra aos participantes. Vamos mesclando as pessoas que estão de forma *on-line* e os presentes.

Também quero anunciar a presença do Professor e Deputado Carlos Giannazi, de forma *on-line*, que está numa audiência pública na Assembleia Legislativa, que está nessa luta contra o fechamento das salas da EJA na cidade de São Paulo.

Passo a palavra ao nobre Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Prezado Presidente Celso Giannazi, é uma satisfação estar aqui mais uma vez com vocês, diversos professores e professoras da rede municipal; e com a nossa eleita Vereadora Luana Zarattini.

Gostaria de falar primeiro que o ensino da modalidade de EJA vem em concordância internacional com os objetivos do desenvolvimento sustentável de assegurar a educação, inclusive equitativa de qualidade e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O EJA é um direito social garantido na Constituição Federal e nas demais esferas de governo para aqueles que, principalmente por motivos socioeconômicos, não tiveram o direito à educação assegurado.

Na cidade de São Paulo, eu presenciei os esforços de Paulo Freire, Secretário Municipal da Educação de Luiza Erundina, Prefeita de 89 a 92, na luta pela garantia de Educação dos Jovens e Adultos que fosse emancipadora, da forma como ainda defendemos até hoje. Um parecer, 14 de 2021, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, pelo Conselho Municipal

de Educação, que tornou públicas as atividades desenvolvidas pelo EJA modular em dez unidades durante 2019 e 2020, por recomendar a necessidade de formas híbridas de reposição de aulas perdidas e a recuperação dos objetivos perdidos, trabalho efetivo de busca ativa permanente; adequação do Sistema Escola Online, que possibilita a transparência dos dados, bem como o envio de uma proposta de alteração do EJA modular.

Já o comunicado SME 843/2022 apresentou a proposta do projeto EJA modular. Diante das denúncias dos fechamentos de salas de aula do EJA, reitero a importância do formato para a garantia de um dos direitos fundamentais, para a garantia das liberdades fundamentais, tal como defende o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, e questiono qual modalidade está sendo fechada: se o EJA modular, o SIEJA ou EJA modular. Em que consiste essa reestruturação e em que medida impactará na oferta de salas, de vagas?

Eu gostaria de propor que, diante das informações que recolheremos hoje, venhamos a encaminhar um requerimento de informações para o Secretário Municipal da Educação para termos as informações precisas de que unidades do Sistema de Ensino para Jovens e Adultos estão, ou não, sendo fechadas, qual é a atenção que está sendo dada a cada uma delas.

A Vereadora Luna Zarattini e eu avaliamos que seria importante hoje prestarmos uma homenagem a um cantor que sempre foi tão importante para os jovens, junto com o Roberto Carlos, e que se foi: Erasmo Carlos. Dentre outras qualidades, ele gostava de proclamar, de praticar o amor, que nós tanto estamos precisando.

Felizmente, elegemos um Presidente da República que justamente tem falado muito mais em praticar o amor, de estar distribuindo livros ao invés de armas. Então, Presidente Celso Giannazi, convidamos todos para cantar uma canção de amor: *Para falar de amor*, Erasmo Carlos.

- Apresentação musical.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito bom, Vereador Suplicy. Esse é um dos primeiros encaminhamentos da nossa audiência pública, a gente vai concretizar os dados e encaminhar o seu ofício para o Secretário Municipal de Educação.

Pergunto à assessoria se podemos mostrar os dados no telão, para que a gente tenha noção do que a gente está falando. Temos a presença da Defensoria também de forma *on-line*, por isso para que eles também possam ver esses dados do número de salas fechadas.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Esse quadro mostra o número de matrículas da EJA desde o primeiro semestre de 2018. Então, no primeiro semestre de 2018, nós tínhamos 45.256 matrículas. Esse número vem caindo: 45.048. Nós tivemos o início da pandemia em 2020, 44.485. No primeiro semestre de 2021, nós tivemos 39.000, então deu uma queda muito grande. E do primeiro semestre de 2021 para o primeiro semestre de 2022, tem uma queda de quase 10.000 alunos, que evadiram, que não estão mais frequentando as salas da EJA.

A gente tem que entender por que isso aconteceu, se é uma ação deliberada desses 10.000 alunos ou se é uma política pública, uma prática errônea, equivocada, da Secretaria Municipal da Educação, da administração do Prefeito Ricardo Nunes, que fez com que a gente perdesse esses dez mil alunos, que têm o direito ao acesso à educação e está sendo negado o acesso a esses alunos.

O próximo quadro mostra o número de matrículas. Esses dados são tirados do *site* da própria Secretaria Municipal de Educação. São dados oficiais, escolas abertas. E o outro aqui é o número de escolas com EJA. Nós tínhamos, no primeiro semestre de 2018, 202 escolas com EJA. Esse número vem caindo para 195. No primeiro semestre de 2020, 185; primeiro semestre de 2021, 176; e primeiro semestre de 2022, 166. Daqui a pouco, se a gente não fizer nada, não reclamar, não lutar, vamos ter cinco ou seis escolas com EJA na cidade São Paulo. Uma em cada região, quem quiser que se vire para ir para essas escolas. Enfrentam as dificuldades pós trabalho. Essa é a realidade que nós estamos vivendo. É bom mostrar, através dos dados, para que não fique nada muito abstrato, uma coisa muito fictícia, a gente tenha o dado concreto e

falar sobre o que está acontecendo em cima dos dados concretos aqui.

Agora vou alternando entre uma pessoa que está *on-line* e presencial. Chamo o representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Sr. Caio Silveira, de forma *on-line*.

O SR. CAIO SILVEIRA - Boa noite a todos.

Estou representando a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Departamento de Qualificação Profissional. O Departamento de Qualificação Profissional da Prefeitura de São Paulo tem um trabalho com os POT, não sei se os senhores conhecem, é um Programa Operação Trabalho. Atualmente com oito mil beneficiários, mas esse número vem subindo.

No começo da gestão Covas eram dois mil beneficiários, hoje são oito mil. Todos os beneficiários desse programa têm, como contrapartida, ter de realizar um curso de qualificação profissional através do portal CAT. Isso tem ajudado a aumentar a qualificação de muitas pessoas na cidade na cidade São Paulo. Vou dar um exemplo do POT Volta às Aulas, criado durante a pandemia, que inseriu 4500 mães de alunos de escolas públicas nas escolas para trabalhar com higienização, medir temperatura etc. Recebiam um benefício de 1.272 reais por mês, fazendo o curso também um dia por semana, realizando o curso no Portal CAT. A gente tem lá um controle, que podemos mandar para os senhores, da quantidade de mães que estão inseridas no mercado de trabalho. Esse benefício de 1.272 reais é também comida na mesa dessas mulheres, além da qualificação. Eu só vim apresentar esse programa aos senhores, não sei se os senhores conhecem.

Agradeço a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Caio, pela participação.

O Vereador Daniel Annenberg gostaria de fazer uso da palavra agora ou depois?

O SR. DANIEL ANNENBERG – Sr. Presidente, prefiro fazer uso da palavra mais à frente, porque queria ouvir o pessoal, principalmente do EJA, que é importante para a formação das pessoas. Sou um defensor do EJA, mas gostaria de conhecer um pouco mais o que está

acontecendo, aí sim poder falar um pouco mais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Está ótimo Vereador Daniel Annenberg.

Passo a palavra a nossa futura Vereadora Luna.

A SRA. LUNA ZARATTINI - Olá a todos. Boa noite.

Gostaria de saudar os vereadores; saudar principalmente vocês, que vieram à noite, embaixo de chuva, fazer a luta tão importante pelo EJA. É fundamental e a gente sabe o quanto isso muda a vida das pessoas, o quanto o EJA ajuda a gente a continuar esse desenvolvimento, esse acesso à educação.

Então, também, estou à disposição de vocês na luta pela educação, que é algo muito importante para mim. Sou educadora popular, coordeno um cursinho popular. Sei da importância de abrir oportunidades para jovens, mas também sei da importância de abrir oportunidades para adultos, que isso muda o mundo e as pessoas.

Estou à disposição. Vou assumir em março do ano que vem e espero que vocês possam contar comigo e vou contar com vocês. Vamos para a luta. Não vamos abaixar a cabeça, porque aqui tem gente comprometida com educação.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Luna.

Gostaria de anunciar a presença de duas escolas que chegaram: EMEF Leão Machado e EMEF Carlos Augusto. (Palmas)

Agradecer a presença e a participação das educadoras, educadores e dos alunos. Vocês são a razão dessa audiência pública. A gente luta muito para que as escolas mantenham salas abertas da EJA. A gente sabe que vocês estão vindo de longe, trânsito difícil. A vida é difícil. Diante dessa resistência que vocês têm em permanecer estudando, nossa responsabilidade aumenta ainda mais. Então, por isso dessa audiência.

Está chegando mais uma escola, vamos querer ouvi-los. É importante ouvir os educadores e os educandos nessa audiência pública para ver o impacto dessa política que está

sendo implementada. Faixas com os dizeres: “O direito à educação é para todo cidadão”; “O fechamento da EJA é uma baita traição”; “Educação não é gasto, é investimento.” Parabéns por essa mobilização dos alunos, da EJA. (Palmas) “EMEF Leão Machado na luta pela EJA.”

Passar a palavra ao Sr. Gustavo Samuel Silva Santos, representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Agradecemos a presença.

O SR. GUSTAVO SAMUEL SILVA SANTOS – Obrigado, Vereador.

Cumprimento a todos presentes. Sempre é importante participar desses momentos em que se debate a educação pública, educação de qualidade. É essencial a educação de jovens e adultos também. É uma necessidade, especialmente em que é pautada por desigualdade sociais e um desenvolvimento baseado na superexploração do trabalhador e da trabalhadora e que agora tenta, de alguma forma, garantir melhores condições de vida através da educação e maiores possibilidades de crescimento, inclusive, intelectual.

A Defensoria Pública, pelo Núcleo da Infância e da Juventude, acredito também do Núcleo da Cidadania e dos Direitos Humanos, acompanharão dentro do possível as reclamações apresentadas aqui nessa audiência. Só peço ao vereador que depois nos envie a memória dessa audiência. Não sei como é feito, mas se existir por escrito e todos os dados que forem coletados através de resposta de ofício ou outros documentos juntados nessa audiência para que possamos analisar com calma as possibilidades jurídicas e intervir também nesse procedimento.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado Dr. Gustavo. Pode ter certeza, Dr. Gustavo, enviaremos através da Comissão de Educação os dados compilados dessa audiência pública. Muito obrigado pela presença.

Passo a palavra ao representante da Aprofem, Sr. Arnaldo Ribeiro dos Santos.

O SR. ARNALDO RIBEIRO DOS SANTOS – Boa noite a todos.

Eu represento aqui o Professor Ismael Nery Palhares Junior, da Aprofem. Temos outro colega, Professor João, da Aprofem também.

Serei breve nas minhas colocações. Sou supervisor aposentado da Prefeitura, fui

professor no Estado. Tenho cargo, ainda, de professor na rede municipal de ensino, pelo qual estou afastado na Aprofem. Trabalhei com EJA alguns anos e o que temos visto é o afunilamento de clientela e a insegurança do professor em indicar a própria jornada. É uma situação que precisa ser mais bem estudada, não só pela própria comunidade, mas também pelo Governo. Talvez por pesquisas periódicas, dimensionando e redimensionando a situação, porque tanto professor da EJA, quanto a clientela de sempre da EJA tem um perfil especial e, por isso, devem ser tratados de forma especial também.

O trabalho dos professores que atuam na EJA é um trabalho diferenciado, muito próximo do aluno. Eu, quando assistente de diretor no estado, uma vez conversando com uma aluna, uma senhora da EJA - isso em meados de 90 -, ela colocou que além da vivência social dela, o fato de ir à escola fazia com que ela se sentisse atuante, presente. Ela tinha um objetivo quando foi para a escola, que era ler, saber ler. Ela disse que o maior contentamento dela foi quando começou a ler sozinha a Bíblia. Então, cada aluno que está na EJA tem um objetivo.

As dificuldades do dia a dia, do trabalho inseguro que é hoje, também em função de COVID, em função de má administração em geral, dá esse tom, que é necessário fazer esse trabalho de informação e estudo dessa situação, exceto - não sei aí quantas décadas serão necessárias - para mostrar que uma hora todos estarão alfabetizados. Isso vai afetar o trabalho da escola.

Agora, esses quadros que nós vimos aí, hoje, tem mais o afastamento da clientela do que essa realidade de alfabetização, que deveria ter sido realizada em determinado tempo e não ocorreu. O trabalho que estou vendo, trabalho de informação para tratar da questão, não só da própria escola, através do Conselho de Escola para manifestar, baseado nas leis, o trabalho a ser desenvolvido, diferenciado, como também o suporte que a Secretaria deve dar àqueles que atuam na EJA.

Então mais coisas aí que poderiam ser faladas, pontuadas e muitas ideias – estava escrevendo aqui, tive um trabalho excessivo durante o dia, e não deu para colher melhores informações – mas, no momento, o que eu teria de colocar, seria isso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, Arnaldo. É importante sua colocação, representando a Aprofem, que luta contra o fechamento da EJA, Educação de Jovens e Adultos no município de São Paulo.

Anunciar a presença do Professor Paulo, EMEF Deputado João Sussumu Hirata. Obrigado pela presença, Professor Paulo, alunos, educadores e educandos.

Passo a palavra aos representantes do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Sr. Fred Henrique e Leonardo André de Oliveira.

O SR. FRED HENRIQUE MILER – Boa noite a todos. É um prazer estar aqui hoje. Agradecemos o convite.

Estamos representando o Tribunal. Há tempo, as informações estão sendo passadas, estamos tomando nota. Evidentemente, vamos discutir isso, internamente, depois. Enquanto Tribunal, estamos à disposição da sociedade, como sempre. Qualquer questão adicional estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Fred, muito obrigado pela sua participação.

Agradecendo a participação do Tribunal de Contas do Município, que tem sido alinhado, um órgão importante de fiscalização das ações, um órgão auxiliar da Câmara Municipal na fiscalização das políticas públicas do Executivo. Obrigado pela sua participação.

Passar a palavra ao Sr. Leonardo, do Tribunal de Contas do Município.

O SR. LEONARDO ANDRÉ DE OLIVEIRA – Boa noite a todos.

Parabéns pela iniciativa, pela audiência pública. É um prazer ter esse convite. Esperamos que tenha bons frutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, Sr. Leonardo.

Passar a palavra à Sra. Débora Dimitrov Pedromo Domiciano. (Pausa) Ausente. Sra. Carla Marina Inoue.

A SRA. CARLA MARINA INOUE – Boa noite a todos.

Estamos aqui novamente na luta para garantir o direito das pessoas. Esperamos que tenham várias pessoas aderindo a esse movimento para não tirar um direito, como já foi falado, constitucional, de as pessoas que não tiveram oportunidade terem seus estudos na idade certa.

Estou à disposição. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Passar a palavra ao Sr. João Luiz Martins, da Aprofem.

O SR. JOÃO LUIZ MARTINS – Boa noite a todos.

Depois de falas tão maravilhosas dos meus colegas presentes, só queria complementar dizendo que, em qualquer momento, não importa o nível de escolaridade, pode ser EJA, CEI, EMEF. Não importa. Sempre que escuto as palavras: “vai fechar escola”, “vai fechar salas de aulas”, isso me dá um arrepio. Eu acho impossível, no momento que estamos vivendo, onde estamos com uma identidade nova, com uma vida nova, completamente diferente pós-pandemia, alguém falar que vai fechar uma sala de aula. Olhando para essas pessoas que estão aqui, que são alunos do EJA, professores que trabalham nesses prédios, trabalham com esses alunos, a hora em que eles levantaram os cartazes ali, dá num arrepio na gente de perceber aquela letra, de olhar para aquele cartaz. Porque quando se vê uma criança desenhando, escrevendo, tem uma compreensão: ah, essa criança é nova, está aprendendo.

Agora, uma pessoa que chega à vida adulta e precisa dessa ajuda para poder se comunicar, para poder se socializar, para ter uma vida, para ler a própria Bíblia – como o meu colega Arnaldo disse –, essa pessoa precisa de todo o nosso apoio e precisa de muitos parabéns, porque eu sei da dificuldade. Eu também estudei, quando estava fazendo faculdade, à noite. É muito difícil, após um dia de trabalho, ter que chegar lá, sentar na sala de aula e ouvir alguém falar.

Então para que isso não aconteça, para que não sejam fechadas as salas de aula, a SME tem que fazer um trabalho sério. Se está diminuindo a quantidade de alunos, conforme foi apresentado, e a quantidade de matrículas, vamos ver o porquê. Porque ali só foi apresentado um número: olha, tinha 49, agora tem 36 mil matrículas. Mas, espera, são quantos formandos?

Quantos não precisam mais? Isso não foi informado. Não é culpa da gente aqui, porque é difícil de encontrar esses dados em SME.

Nós precisamos verificar o que está acontecendo, fazer uma pesquisa nessas unidades, com esses alunos, o que está acontecendo. Por que eles estão saindo e como podemos ajudá-los para que voltem. As escolas precisam estar com suas portas abertas, independente de certa quantidade limite de aluno por sala.

Quando se fala de criança, vamos ser muito honesto, criança está todo dia aparecendo, não é verdade? Todo dia aparece aluno. Educação Infantil, CEI, quando eu ando por aí, em alguns trabalhos da Aprofem, o que a gente mais vê é criança.

Agora, adulto, como a gente sabe se ele precisa ou não de uma escola? Tem que perguntar para ele. Tem que perguntar para vocês: olha, em que ano você está? Quanto tempo mais você precisa estudar? “Olha, eu preciso de mais um ano para terminar”, ou “Eu preciso de mais dois”. Tem que fazer um levantamento para dividir os nossos recursos, para organizar as salas de aula para que isso não seja fechada e eliminar aquele problema que tem na educação infantil, por exemplo. Não se abre uma sala de uma EMEF se não tiver um número limite de aluno. Se o número limite é 30 e você tem 28, não pode abrir aquela sala. Quando se trata de EJA, independente da quantidade de alunos, essa sala tem que ser garantida, esse professor tem que ter o seu módulo de aula garantido, porque não é só a quantidade. Precisamos pensar na qualidade da educação que vocês estão recebendo.

A Aprofem luta sempre por isso, que além de não fechar as salas de aula, que a Prefeitura com a SME se dedique a descobrir o que está afastando vocês da sala de aula e lutar para que isso não ocorra mais.

Se algum dia – como disse o meu colega Arnaldo – o EJA acabar, que seja porque não tem mais ninguém querendo sala de aula. Que seja porque quando perguntam na rua: alguém precisa? Ninguém mais vai falar, porque todo mundo aqui já foi alfabetizado. Quem sabe um dia nós vamos ser um país, como os do primeiro mundo, onde a taxa de analfabetismo é zero. Mas enquanto isso não acontecer, é horrível dizer que vão ser fechadas as salas de aula.

Todas as unidades escolares têm que ter o direito de ter uma sala de aula de EJA, por quê? Para facilitar a vida dessas pessoas. Porque para criança, isso já existe. A criança fica o mais próximo possível da sua residência, mas quando chega no adulto, como é que faz? Vamos pensar, vamos organizar tudo isso, estudar e estruturar essa educação de jovens e adultos e, principalmente, ouvir os nossos colegas educadores e os alunos que estão lá, quais são as suas necessidades, que não são as mesmas de quem trabalha numa EMEF, por exemplo. Trabalhar com criança é uma coisa, mas com adulto, alguém fala: “ah, mas é tudo alfabetização”, mas os objetivos são outros.

Quando se pergunta para uma criança por que ela está na escola, muitas vezes ela responde: porque meu pai mandou. Agora um adulto, quando ele está na escola, infelizmente a resposta não é essa não. A resposta é: “porque eu preciso”. A vida profissional, a vida social sem educação, sem saber ler e escrever.

Tive uma tia que a gente desenhava, eu falo desenhar porque a gente colocava o número de um ônibus para ela poder tomar um transporte público e para ela aquilo era um desenho, porque ela não reconhecia aquele número. Ela ficava com aquele papel na mão, olhava para o papel e olhava para o ônibus, para ver qual era o número parecido com o desenho, porque para ela era um desenho, para ela poder tomar um ônibus. Ela falava que a pior coisa da vida dela era nunca ter podido ler um bilhete que o filho escreveu, quando começou a ser alfabetizado. Nós temos de evitar que isso aconteça.

Vamos lutar para que a SME divida os seus recursos, para que a SME pesquise e descubra o que está acontecendo e que essas salas voltem a ser abertas, que os professores não percam a sua jornada e que vocês, alunos, tenham a garantia de um ensino de qualidade – que é o mais importante de tudo.

Muito obrigado pela oportunidade. Agradeço por poder falar com vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, João Luiz, pelas suas palavras, suas colocações.

Por ideia da Professora Luciene Cavalcante, nós criamos na Câmara Municipal os

conselhos, dentro do mandato, e tem um Conselho da EJA. Desde 2019 a gente faz reuniões regionais, centrais, e uma das demandas dos educandos e dos educadores da EJA era a busca ativa, porque quem faz a busca ativa, quem vai atrás da comunidade informando que tem vagas nas escolas são os profissionais da educação, os quadros de apoio, os professores, as professoras. São eles que vão até o mercado, até a feira, fazem cartaz, fazem uma campanha publicitária com recursos próprios, dos seus bolsos para ir aos locais falando que há vagas naquelas escolas, que elas estão abertas.

É por isso que a gente ainda tem esse número de matrículas da EJA. Era uma demanda inicial, que foi trazida para o Conselho da EJA. E eu apresentei um projeto de lei, que está tramitando na Câmara Municipal, que obriga a Prefeitura de São Paulo a fazer campanha publicitária de forma institucional no ônibus, no trem, na televisão, no rádio, informando que tais escolas têm vagas para os alunos e, para quem quiser acessar a EJA, tem escola perto de suas residências.

Então, aprovando esse projeto na Câmara Municipal, a Secretaria Municipal de Educação vai ter verba para isso, vai ser obrigada a fazer essa divulgação institucional, a não depender apenas da iniciativa, que a gente aplaude e agradece muito, dos educadores e educadoras que fazem esse trabalho de forma muito espontânea, mas é pouco, é muito pouco. A Prefeitura tem que fazer mais para trazer mais alunos e a gente chegar, um dia, a ter aquele número – como disse o João Luiz – reduzido, mas porque não tem mais nenhuma pessoa em situação de analfabetismo, não por fechamento de salas de aula.

Esse é o nosso sonho. Essa é a nossa luta. (Palmas)

Com a palavra, Vereador Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Gostaria de propor que possa ser chamada uma aluna de 56 anos, estudante da EJA, do CEU Três Lagos, da zona Sul de São Paulo, a Sra. Maria José, que foi uma das primeiras que aqui chegou para esta audiência, para ela contar a experiência dela, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Ela está inscrita, Vereador Suplicy. Já vou

chamá-la, está bom? Quer vir para fazer a fala? É a Maria José dos Santos, da EJA CEU Três Lagos, por favor.

A SRA. MARIA JOSÉ DOS SANTOS – Boa noite, senhoras e senhores. Eu me chamo Maria José dos Santos, tenho 56 anos, sou ex-moradora de rua. Aprendi a ler nas ruas, com muita dificuldade, atrapalhando os casais que namoravam na rua, porque passei por uma humilhação muito grande numa UBS, onde fui chamada de burra, porque não sabia escrever o meu próprio nome. E eu jurei para mim mesma que eu só voltava em qualquer posto ou hospital quando eu soubesse escrever o meu nome. E quando os casais estavam namorando nas ruas, eu batia no ombro e pedia “por favor” que escrevesse o meu nome para que eu copiasse.

O tempo foi passando, tive filhos, não vou contar minha história de vida aqui, porque senão iria tomar a noite de todo mundo, mas foi bem complicado. Há muito pouco tempo, eu conheci o programa EJA através de pessoas amáveis, maravilhosas que apareceram na minha vida e que me falaram do EJA.

Eu moro numa comunidade, na região de Grajaú, que se chama Recanto Porto Velho, onde tem uma população enorme, não sei quantas pessoas, mas com certeza mais de três mil famílias, só na comunidade onde eu moro, e onde tem muitas pessoas que não sabem sequer tomar um ônibus, que não sabem escrever o próprio nome.

Depois que eu entrei na EJA, já sabendo ler um pouquinho, mudou tanto a minha vida e eu vejo as pessoas que estão comigo, na minha sala, o quanto isso faz diferença na vida das pessoas, o quanto isso está fazendo bem para mim, para a minha autoestima, para as pessoas que lá estão também. E, sim, estou fazendo campanha, eu saio dentro da minha comunidade, nas ruas, falando para as pessoas que existem vagas na EJA, que elas precisam, que é muito bom, do quão eu estou feliz.

E venho aqui fazer um apelo à Secretaria de Educação que, pelo amor de Deus, não feche a EJA. Não façam isso, porque a EJA é muito importante para a vida de todo mundo. Eu venho pedir não só em meu nome, mas em nome de toda a população que não teve a oportunidade de estudar na época certa, como eu não tive. E pedir em nome de todas as Marias,

porque eu sei que tem milhões de Marias com a mesma história, parecida com a minha, não igual, mas parecida. Não permitam que fechem esse programa, que faz tanto bem e que faz tanta diferença na vida de todo mundo.

Eu teria muita coisa para dizer o quanto é bom, e dizer que no CEU Três Lagos, onde eu estudo, sim, os educadores são ótimos, todo mundo é bem acolhido. Eles têm um empenho tão grande e uma compreensão de dizer: Olha, se você chegou um pouquinho atrasado do seu trabalho, não tem problema, você vem e vai aproveitar, e faz a lição no dia seguinte, o colega tira foto e manda. Eu acho isso muito bacana.

Então fica aqui o meu apelo. Desculpem, eu estou emocionada, como eu falei para vocês, eu sou ex-moradora de rua, nunca estive num lugar como este e falar disso ainda me dói bastante. Mas eu estou na EJA. Não vão fechar a EJA e eu vou reescrever a minha história de forma legível, diferente e legível para todo mundo, porque eu estou com essa vontade e eu acredito nos parlamentares que estão lutando por esse direito.

Eu sou do Coletivo da Vereadora Luna Zarattini, que é a pessoa que mais me incentivou para que eu fosse para a escola.

Muito obrigada. Desculpem, eu estou quase chorando. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Maria José. O depoimento da Maria José conta uma história muito importante que faz a luta da Educação de Jovens e Adultos valer a pena, que é a luta de vocês, de cada um de vocês que estão aqui presentes.

Eu gostaria de chamar agora a nossa Professora, Supervisora da Rede Municipal, Deputada Federal, suplente, Luciene Cavalcante, que participa conosco do Conselho da EJA na Câmara Municipal, do Observatório da Demanda, para trazer a sua experiência. Você vivencia muito a educação, conhece como poucos a educação pública na cidade e no estado de São Paulo para fazer a sua fala, Professora Luciene Cavalcante.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Boa noite. Boa noite para todo mundo que está aqui. Quero cumprimentar o Vereador Celso Giannazi, que está presidindo esta audiência pública da Comissão de Educação da Câmara e que teve a iniciativa desta audiência pública.

É um momento crucial na luta em defesa da Educação de Jovens e Adultos, esta noite. O Paulo Freire falava que a Educação de Jovens e Adultos não é uma erva daninha que precisa ser erradicada, mas é uma expressão concreta da nossa realidade injusta.

É importante a gente, que está no chão da escola, pensar o que tem sido a pandemia na Educação de Jovens e Adultos. E eu digo que é importante esta nossa audiência hoje, porque a gente está dando visibilidade a um gravíssimo problema que está acontecendo hoje na cidade de São Paulo. Existe, sim, um apagamento, um silenciamento da EJA na cidade de São Paulo e não tem política pública para quem não é visto. Por isso esse passo, a gente está aqui hoje.

Quero saudar todos os meus colegas, profissionais da educação, todos os educandos e educandas da EJA, porque eu sei que a gente está no dia 22 de novembro, no final do ano, com a prova EJA em curso nas escolas, e a dificuldade que é a gente estar aqui hoje. Mas sabe por que a gente está aqui hoje? Porque a gente não vai desistir do direito à educação de todos. A gente não vai desistir de lutar para que todo mundo tenha o direito à educação.

E o que acontece aqui é que está tendo uma interrupção do direito à educação, sistemática, vocês podem olhar os dados. São 15 mil estudantes com evasão escolar na EJA e a Prefeitura segue atuando como se não fosse com ela. Como se coubesse à escola ir atrás dos alunos, se desresponsabilizando do seu dever constitucional, que é garantir os direitos fundamentais.

E quando a gente fala de Educação de Jovens e Adultos, a gente está falando de um projeto de cidade, de sociedade, não é simplesmente uma modalidade de educação não. A gente está falando de que cidade é essa que tem milhares de jovens, a partir de 15 anos, sem direito à educação; que a gente tem adultos abandonados sem direito humano à educação, que cidade é essa? Quero saudar, nesse sentido, o Vereador Celso Giannazi, porque pediu a presença de várias secretarias, porque não cabe só à educação não resolver essa questão. Não teve, até agora, e quero fazer já essa indicação para o Defensor Público, não teve nenhuma proposta que falasse sobre a especificidade da EJA na pandemia. Chegamos aqui, dia 22 de novembro, e não temos nenhuma proposta que trate das especificidades da EJA. Não temos.

A Instrução Normativa nº 50, da Prefeitura, fala da recuperação de aprendizagens; na ementa, fala da EJA. Não tem uma ação, não tem um programa, nem para os estudantes que ainda conseguem permanecer na escola, apesar de todo o descaso, de todo o abandono, e nem para aqueles que não estão. O Conselho Municipal de Educação fez mais de quatro recomendações em que cita a necessidade de se ter um olhar específico para a EJA. Quantas meninas engravidaram durante a pandemia? Cadê essas meninas? Onde elas estão? Nenhuma ação. Eu estou falando que nenhuma ação. Então, não dá mais. A gente chegou no limite. Vocês estão vendo que é como se não existisse. “Não, a gente atende. É que não tem demanda”. Como assim, não tem demanda? Não tem uma ação de integração, de fazer chamada pública de verdade para que os estudantes possam saber que está tendo. Agora começou. Ontem começaram as matrículas para a EJA para o ano que vem e vão até amanhã. É assim. E fazem uma portaria em que não se considera a especificidade da EJA. Então, isso precisa acabar. A gente precisa de políticas que garantam. E por que os estudantes saíam? Também não têm estudos. CME com milhões e milhões em caixa não fez um estudo. O grupo especializado na APA, que poderia fazer e contribuir para essa busca ativa - e quero também deixar essa denúncia aqui na Comissão – até agora não tem verba de locomoção. Passaram o ano inteirinho sem verba de locomoção. Cefai é a mesma coisa, que cuida das pessoas com deficiência. É um descaso, é uma incompetência misturada com uma falta de compromisso com a Cidade.

Então, é muito importante que a gente esteja aqui, hoje; que a gente saia com encaminhamentos propositivos; que a Defensoria de São Paulo se pronuncie e atue sobre esse segmento. São milhares de jovens e, obviamente, maioria de pessoas negras; obviamente, maioria de pessoas periféricas; obviamente maioria de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Ninguém para de estudar porque quer, e a gente cansou de ficar explicando isso. Tem dinheiro. O que não tem é compromisso com o conjunto da população, e a gente está aqui discutindo isso: que projeto de sociedade a gente quer. A gente quer uma sociedade que garanta direitos de todo mundo. E não dá mais para ficar SME, o Prefeito Ricardo Nunes, sem ter propostas para esses milhares de jovens e adultos que estão com o seu direito à Educação

interrompido.

Então, para isso, a gente precisa ter um estudo dessa demanda reprimida, invisibilizadas, escondida. Onde ela está? Tem de ter programa de bolsas para os estudantes, para que eles possam ter condições de terminar os seus estudos. Precisa ter o cartão o Bilhete do Estudante com a sua emissão gratuita, para que esse estudante possa, de fato, conseguir estudar. Precisa ter creche, para que as mulheres possam ter, enquanto estudam, um atendimento especializado para as suas crianças. A gente precisa ter condições. Tem muito dinheiro. O que não tem é um compromisso com o conjunto da população. Mas eu tenho certeza de que hoje a gente dá um passo importante, mobilizando as instituições que têm a obrigação, assim como a Comissão de Educação que tem a obrigação de acompanhar o Plano Municipal de Educação, as metas que estão ali colocadas e os outros órgãos, para que a gente possa sair desse empasse. E SME, apresente uma proposta concreta para que a gente tenha todos os estudantes com o seu direito garantido.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, Professora Luciene Cavalcanti, que traz a realidade da nossa escola; que conhece o chão da escola, a realidade das escolas. Está há mais de 20 anos na rede municipal, então conhece muito bem a nossa realidade. Muito obrigado, Professora Luciene Cavalcanti.

Luci da Silva Xavier. (Pausa) Joice Ferreira. (Pausa) Roberto Sena, de forma presencial, da EMEF Edgard Cavalheiro.

O SR. ROBERTO SENA – Boa noite a todos e a todas.

Eu vou ser bem sucinto. Inclusive, eu falo muito, então eu resolvi escrever, em poucas palavras, o que eu gostaria que tivesse nesse pedido.

Eu sou Professor do Edgard Cavalheiro e nós temos feito a busca ativa em uma comunidade chamada Piratininga. E lá tem muitos estrangeiros, pessoal que veio do Haiti, e eles precisam da EJA. E a gente tem atendido esse pessoal, e fora o pessoal que tem em volta.

Eu gostaria de deixar frisado, tanto para o Tribunal de Contas, como para o Secretário

de Educação, que na educação a gente não tem gasto, a gente tem investimento. E nós temos também de começar a pensar o número de alunos por sala de aula. Se eu tenho dez, se eu tenho quatro, eu estou atendendo. É um direito que aqueles alunos têm, e isso está na Constituição.

E eu escrevi aqui o que eu gostaria que se colocasse nos documentos, se possível. Eu escrevi o seguinte: que a EJA é um programa de reparo social para os brasileiros e estrangeiros. E eu gostaria que isso constasse nos documentos.

É só isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Roberto Sena.

Agora vou chamar a Francisca, aluna da EMEF Cecília Moraes de Vasconcelos.

A SRA. FRANCISCA – Boa noite a todos e a todas.

Estou aqui como aluna da EJA, do Cecília Moraes de Vasconcelos, e eu vim aqui para dizer da importância que tem a EJA para todos os alunos que estão nessa fase, que não conseguiram terminar os seus estudos no tempo certo, porque não é todo mundo que tem essa capacidade. Então, a importância que tem a EJA para todos nós do Cecília e também de todas as outras EJAs.

Eu penso assim, em vez de estarem trabalhando para fecharem as EJAs, por que não trabalham para ampliar mais coisas legais para as escolas? Cursos para as pessoas, para os jovens, porque tem tanto jovem solto na rua, que não tem perspectiva, não tem possibilidade alguma. Então, a nossa escola é escola de bairro, que não deve ser fechada a EJA, porque se fechar a EJA, fica sem movimento. Então, cada vez mais fica um lugar sem movimento. Então, eu acho que não devem se fechar as EJAs.

Outra coisa, as pessoas que são candidatas sempre falam da importância que terão para trabalhar na Educação. Se essas pessoas têm essa visão da Educação, por que querem fechar a EJA? Se fecharem a EJA, qual será a possibilidade de trabalharem com a Educação?

Então, é só isso que eu tenho para dizer para todos vocês, que trabalhem para não fecharem as EJAs. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado, Francisca. O seu

depoimento é importante.

Vou chamar agora, de forma *on-line*, o nosso Professor e Deputado Carlos Giannazi, que tem essa luta histórica em defesa da Educação pública, especificamente da EJA; foi Vereador da Câmara Municipal; está na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; está agora, em uma reunião na Assembleia e vai fazer uma participação aqui. Deputado Carlos Giannazi está nesta luta conosco, em defesa da EJA, nesse movimento da EJA, na cidade de São Paulo.

Com você a palavra, Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Boa noite, Vereador Celso Giannazi. Boa noite a todos os Vereadores presentes, entidades, sindicatos, alunos, escolas, educadores e educadoras de EJA, de Educação de Jovens e Adultos.

Primeiro eu quero parabenizar vocês da Comissão de Educação, Celso, pela realização desta importante audiência pública para debater este tema de Educação de Jovens e Adultos. E, inicialmente, eu quero dizer que as pessoas que não tiveram acesso na idade própria à Educação básica, elas têm a garantia constitucional, da Constituição Federal, da LDB, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elas têm o direito de ter acesso à Educação básica agora, neste exato momento, não importando mais a idade. Uma pessoa com 100 anos, com 90 anos tem direito de voltar a estudar na rede municipal ou na rede estadual. Este é um direito sagrado, constitucional, um direito fundamental.

Então, a Educação de Jovens e Adultos não é uma esmola, não é uma assistência, não é um favor do Poder Público, é uma obrigação constitucional. Havendo um único aluno querendo estudar, ele tem direito a essa vaga. E a Prefeitura ou o Estado não pode negar a vaga, porque está na lei. Então, isso que é importante a gente notar.

Eu quero abrir dizendo o seguinte: eu sou diretor de escola da rede municipal. Estou licenciado do cargo, mas sou diretor da Escola Miguel Vieira Ferreira, na Cidade Dutra, na Capela do Socorro. E entrei na rede municipal como professor, em 1985. Sempre trabalhei em EJA, dando aulas em escolas de EJA, e a escola em que eu sou diretor até hoje, eu ingressei em 97,

sempre teve EJA. Então, eu sei o que é EJA – Educação de Jovens e Adultos. E há muitos anos que há uma sabotagem do Poder Público, fechando salas, dificultando a abertura de novas salas, impondo número de alunos para a abertura de salas. Isso é um absurdo, porque se tem uma sala com 20 alunos, ela tem de ser aberta. É um absurdo a Prefeitura impor: “Não. Só vai abrir sala se tiver 40 alunos, senão não abre”. Isso é um crime. É inconstitucional. Tem de abrir. Havendo três alunos, tem de abrir sala para aqueles três alunos. Essa questão que é colocada, essa exigência, ela tem de ser banida da rede municipal, porque isso dificulta a abertura de salas, dificulta o acesso dos nossos jovens e dos nossos adultos à Educação de Jovens e Adultos em toda a cidade de São Paulo.

Eu sempre fiz essa briga como diretor de escola. Eu abria salas, pedia autorização, pressionava. “Ah, tem 15 alunos. Vai abrir sala com 15 alunos porque eles têm o direito. Eles pagam impostos. O direito está lá.” Tem dinheiro. A Prefeitura, em São Paulo, é a Prefeitura mais rica da América Latina. Como não tem dinheiro? Tem de investir nesses alunos, porque eles foram, de alguma forma, impedidos – e não importa o motivo – de estudar na educação básica, seja no ensino fundamental ou seja no ensino médio. O ensino médio já é o estado, mas no ensino fundamental em sua idade própria. Então, a Prefeitura tem de oferecer para eles essa modalidade, logicamente, de Educação de Jovens e Adultos.

A Prefeitura tem de fazer a chamada pública. Não é o professor que tem de fazer cartaz e colocar na igreja, ir à feira, ir à sociedade amigos de bairro atrás dos alunos. É a Prefeitura que tem de divulgar nos meios de comunicação de massa. Tem de investir recursos. Tem dinheiro aí. Eu sei que a Prefeitura tem quase 30 bilhões de reais guardados no cofre. Prefeitura, tem de investir o dinheiro. Educação não é gasto, é investimento. Tem de fazer a chamada pública para os alunos, para que os alunos venham e façam a matrícula. O que acontece é que somos nós que estamos fazendo isso, os professores, as diretoras e os diretores das escolas, coordenadores pedagógicos é que estão indo atrás dos alunos: “Olha, tem vaga aqui”. Tem de fazer divulgação, mas é uma obrigação do Poder Público. Está na lei, também, fazer a chamada pública desses alunos para que eles façam a matrícula. E facilitar a matrícula,

porque do jeito que a Prefeitura faz... Abrir matrícula agora é um absurdo. O aluno só vai buscar a matrícula em janeiro e fevereiro, quando começam as aulas.

Então, a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação tem de buscar um mecanismo diferenciado, tem de se adaptar à realidade desses alunos e não o contrário, o aluno se adaptar a normas tecnocráticas e burocráticas da Secretaria da Educação.

Eu queria deixar essa exigência: a Secretaria tem de mudar a forma de matrícula. A matrícula tem de ser feita o tempo todo. E que a Prefeitura faça a chamada pública. E que a Prefeitura pare também de fazer sabotagem de salas de aula – ou ela fecha ou ela sabota. Têm vários mecanismos de sabotagem para que as salas não sejam montadas e para que elas sejam esvaziadas. Então, isso tem de acabar. O Ministério Público tem de agir, a Defensoria Pública também e a Secretaria da Educação, porque em todos os anos nós estamos acompanhando o fechamento de salas ou os impedimentos, as sabotagens. Centenas de escolas nos procuram - ou aqui na Assembleia Legislativa ou na Câmara Municipal – para denunciar esses impedimentos, que não podem mais acontecer. Então, é um direito do aluno. Vocês que estão aí participando desta audiência pública, saibam que não é favor algum. Vocês têm o direito garantido na lei, na Constituição Federal, está lá, e tem na LDB, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que regulamenta, no capítulo da Educação, da Constituição, um capítulo à parte, só para vocês, de Educação de Jovens e Adultos, garantindo esse direito, que tem de ser oferecido pelo Poder Público: ou pela Prefeitura ou pelo Estado.

É importante este debate, que os alunos falem; os professores, sobretudo, os nossos colegas, profissionais da Educação; os parlamentares presentes e que a Comissão de Educação faça um encaminhamento, no sentido de que as salas sejam abertas e que haja chamada pública dos nossos alunos que querem, sim, estudar. Eles não sabem exatamente o caminho, e que possam estudar perto de suas casas ou perto de seu trabalho. A Prefeitura pode fazer isso. Ela pode organizar as matrículas de tal forma... e facilitar o acesso do aluno a essas matrículas e a essas escolas. E está na lei, também, que o ensino noturno tem de se adaptar à realidade do aluno e não o contrário. Está já LDB isso daí. Então, é só cumprir a lei que a gente resolve uma

boa parte dessa questão, para garantir o acesso, a permanência e a qualidade de ensino para os nossos alunos de EJA.

Só quero finalizar aqui e concordar com a Professora Luciene Cavalcanti, que acabou de fazer uma intervenção, que é supervisora de ensino, foi diretora de escola também, de EJA. Ela conhece o chão da escola. Ela sabe do que ela está falando. Então, tem de garantir também permanência. Temos de ter uma espécie de Bolsa Permanência, como existe nas universidades, como nós já tivemos no CEFAM, para que esses alunos possam estudar. Tem de ter creche para as mães... (Aplausos)

As alunas mães. E a Prefeitura tem recurso. Trinta bilhões guardados para quê? O maior Orçamento municipal da América Latina. A Prefeitura tem recursos para isso. Tem de investir em Educação. Educação não é gasto, é investimento.

Muito obrigado e parabéns pela audiência de hoje e contem com o nosso total apoio aqui, na Assembleia Legislativa para a luta de vocês.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTI – Celso, posso fazer uma intervenção? Quero dizer que é um orgulho a gente estar com os dois deputados mais votados do estado de São Paulo: Suplicy e Carlos Giannazi. (Palmas

Que honra, que orgulho! Isso demonstra nossa força e nosso compromisso com a nossa sociedade. Muito obrigada pela presença dos dois.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Muito obrigado.

Parabéns, Carlos Giannazi. Você e seu irmão Celso estão formando uma dupla tão especial em favor da educação e da cultura.

Eu e o Daniel Annenberg somos testemunhas da qualidade do trabalho de vocês, especialmente nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Obrigado, Suplicy. Daniel, um abraço a vocês. Estou esperando o Suplicy aqui na Assembleia Legislativa para me ajudar. Venha logo viu?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Suplicy vai deixar de trabalhar com um Giannazi aqui e vai trabalhar com o outro lá na Assembleia.

Muito obrigado Professor Deputado Carlos Giannazi. Parabéns pelo seu trabalho em defesa da educação pública. Aliás, vai ter um trabalho árduo mesmo na Assembleia, porque vai lutar contra a privatização da educação, pois esse novo governo que está chegando quer privatizar toda a educação.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Vou dar uma boa notícia para vocês. Quando eu for para a Assembleia Legislativa, sabem quem vai ficar no meu gabinete? É a Luna Zarattini. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Parabéns. (Pausa)

Vou chamar agora a aluna da EMEF Leão Machado, Maria Iranildes.

A SRA. MARIA IRANILDES – Boa noite a todos e a todas.

Meu nome é Maria Iranildes. Sou da Escola Leão Machado. Estou representando a escola e o não fechamento do EJA.

Nos meus 63 anos voltei a estudar e, assim como eu, há várias outras senhoras na escola que têm essa oportunidade de voltar a estudar. E como tem também os jovens que trabalham durante o dia, à noite podem também ir para a escola.

Com o fechamento do EJA, como vai ser com esses alunos mais novos? Eles trabalham e só podem estudar à noite. Se fechar, vão ficar sem escola, sem estudo.

E nós, vovós? Gostaríamos de continuar estudando. Não vamos poder continuar? Vamos ter de parar? E essa vontade que temos de viver esse momento vai terminar?

Peço que não fechem o EJA de jeito nenhum, porque nós precisamos dele. Até porque, além do estudo, é uma ajuda muito grande. Eu estava triste, tinha acabado de perder meu marido e me perguntaram por que eu não ia estudar. Poxa vida, é mesmo. Eu fui e quero deixar aqui meu agradecimento mesmo aos professores que são muito carinhosos.

Se a gente não consegue entender nada, eles falam justamente que estamos lá para aprender e completam: "Se você soubesse, não estaria aqui". Todos os professores são carinhosos. Têm aquele carinho e atenção. Fico babando por eles. Sou puxa-saco mesmo de cada um deles. Do Professor Luan, da Professora Amanda, Professor Cosme, todos!! Não

fechem o EJA.

A SRA. LUCIENE CAVANCANTE – Maria, repete o nome dos professores, peça para eles se levantarem e a podemos vê-los.

A SRA. MARIA IRANILDES – Professor Luan, Professora Amanda, Professor Cosme, Professora Manu, Professor Afonso. (Palmas)

A Professora Martinha não pôde vir porque o pai dela faleceu.

A Professora Jaque. A Professora Keiko, que comanda tudo e ajuda em tudo. A Professora Célia. (Palmas)

Meu agradecimento a todos vocês, pelo carinho que têm por nós.

Às vezes chego com dor lá e os professores ajudam e dizem para irmos devagar, qualquer coisa é só chamar. Então, o EJA, para mim, foi um fortalecimento de vida. E tenho certeza que também foi para todos que estão lá.

Mais uma vez obrigado, professores! Aos mestres, com carinho!

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Claro, seu nome por favor.

A SRA. KEIKO KISHI LAZZERI – Boa noite a todos.

Sou Keiko Kishi Lazzeri. Sou professora de Fundamental I - Alfabetização e também sou diretora de escola, futuramente do Leão Machado, pois eu me removi para lá.

Quero dizer que vou lutar bastante para mantermos a EJA. Também quero lembrar que a Secretaria de Educação e esse Prefeito, infelizmente, não apoiam a EJA. Por quê? Porque eles pensam que EJA é gasto. Ter uma sala de EJA com dez ou 12 alunos é um prejuízo para a cidade. Mas não é. Esses dez ou 12 alunos são cidadãos que pagam impostos, têm toda uma família, uma estrutura e precisam, têm direito à educação pública e gratuita.

Outra coisa importante: nós, professores, vamos na busca ativa e fazemos cadastros dos futuros alunos. Nós pegamos o nome, RG, endereço e tudo o mais. E aí, esse cadastro é juntado, eles assinam a folha do cadastro e quando vamos pedir a abertura de uma sala, tem de ter 25 alunos cadastrados. O setor de demanda da DRE, a partir daí, fica telefonando para as

pessoas do cadastro para saber se realmente elas existem e se realmente querem estudar.

Só que acontece assim: a grande maioria dos nossos alunos e futuros estudantes, muitas vezes, estão na condição de vulnerabilidade, de terem salário mais baixo, às vezes até desempregado porque perdeu o emprego. Por isso, em muitos casos não tem telefone. Há situações em que o estudante dá o telefone do amigo. Aí ligam para essa pessoa e acontece de não atenderem na hora. Daí o pessoal da DRE diz: "Essa ficha não vale, porque não tem aluno; a pessoa não atendeu". Mas não é isso, não é verdade.

Os alunos existem, sim, eles querem estudar, mas a Secretaria dificulta, através da Diretoria Regional de Educação e também através do setor de demanda. Eles ficam sentados no computador e ficam escrevendo, procurando, e dizem que os alunos não existem. Por causa disso não permitem a abertura da sala. Isso tem acontecido muito.

Eles nos dizem isso também: "Vou fechar a EJA porque tem poucos alunos, mas vocês podem estudar na escola vizinha". Acontece que os alunos, quando escolhem estudar numa escola, eles escolhem justamente por isso: pela afetividade, trabalho, dedicação e também pela moradia próxima à escola.

Então não adianta falar isso: "Não tem vaga aqui, vai estudar ali". Ali não é o território dele, pois que o território dele é na escola X. Por isso não pode fechar a EJA por causa do número de alunos.

E, principalmente com a pandemia, tivemos muita baixa porque tinha muita gente com idade que permaneceu fazendo o trabalho *on-line*. Então falaram que EJA não tem *on-line*. Como não? Tem os mesmos direitos que qualquer aluno do regular que tinha doença, asma, alguma coisa e que permaneciam *on-line*. Isso foi uma desculpa. Sempre tem uma desculpa por parte dos nossos governantes, porque eles não querem investir na EJA. A EJA para eles é prejuízo. Mas nós sabemos que EJA é direito do aluno, é direito. E direito não se pensa em dinheiro, por isso que é investimento.

Nossos alunos todos que estão aí, eles vêm à luta, vejam os cartazes aí: "Nós queremos a EJA"; "Queremos a manutenção da EJA e sua ampliação e mais escolas". Houve

escolas que fecharam e precisam abrir de novo.

Teve escolas que fecharam a EJA justamente por conta dessa desculpa: de ter menos alunos e tal e, no ano seguinte, fizeram o pedido para a abertura e as salas não foram abertas, porque, de novo, o telefone que tínhamos ou o que eles procuraram não era mais aquele número. Mas, se você for no endereço, a pessoa está lá, mora lá e quer estudar. Fica a impressão que nós fazemos alguma coisa errada, ficha falsa, não é? Somos servidores públicos e temos um RF para garantir a nossa honestidade.

Então tem de ser dado esse direito a todos nós. Gostaria que ficasse aqui registrado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Okay. Muito obrigado, Keiko. Muito obrigado, Maria.

Vou pedir aos próximos inscritos que serão chamados para tentarmos nos limitar ao tempo, embora adiantando, tem muitos a falarem, então, mantendo de três a quatro minutos.

Vou chamar agora o Sr. Sérgio Yamasaki, professor da EJA. Ele está nos acompanhando de forma *on-line*. (Pausa) Caiu? Então voltamos depois.

Michele Rosa Oliveira, representando o Sinpeem.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA – Boa noite, Vereador. Me ouve bem?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Sim.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA – Perfeito. Boa noite aos Vereadores, Vereadoras, profissionais de educação que nos acompanham e participam dessa importante audiência pública.

Queria dizer que pensar na EJA é um projeto de reparação das aprendizagens; um projeto de estado que deve garantir a esses jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade adequada, e que precisamos garantir a eles esses direitos, e que não podem ter uma negativa pela segunda vez. Se isso já não aconteceu na idade adequada, fechar turmas, impossibilitar que tenham acesso, é negar mais uma vez que as pessoas tenham direitos garantidos às aprendizagens.

Como já foi dito aqui pelos que me antecederam, a educação é um direito constitucional. Então, não pode ser, de forma alguma, negado, a nenhuma criança, bebê, jovem, adulto. E a EJA tem as suas especificidades, portanto, precisa de um currículo próprio, precisa de um atendimento com olhar acolhedor.

Temos uma demanda de pessoas que são trabalhadoras, outras são mães solas, outras são mulheres que abriram mão de uma carreira ou de um estudo para cuidar da família e que, agora, com os filhos crescidos, têm oportunidade de retornar às escolas. Então, é dessa maneira que precisamos olhar para a EJA: como uma modalidade muito específica e, assim, garantir a eles as condições, não só para acessar sim, mas também para se manter nele.

Dito isso, o Sinpeem defende que todas as escolas, todas EMEFs, EMEFEIs da rede municipal de ensino sejam escolas que atendam a EJA. Assim, os nossos estudantes poderão se matricular na escola mais próxima à sua casa ou ao seu trabalho. Eles vão, dessa forma, se organizar da maneira que é melhor para eles. Por isso, defendemos que todas as escolas tenham a EJA oferecida.

Também é importante desburocratizar o acesso. Como já relatado pela diretora que me antecedeu, são tantos entraves que a pessoa até desiste, ou que ela simplesmente não consegue. Você tem 19 estudantes interessados, mas o mínimo é 20. Por conta de faltar um, você não atende os 19? Isso não pode acontecer de forma alguma.

Por fim, quero dizer que a Secretaria Municipal de Ensino precisa se responsabilizar pelo chamamento público. Então é claro que as escolas o fazem; nós, do Sinpeem, contribuimos com as escolas, fazemos panfletos, cartazes, ajudamos a divulgação da EJA, mas isso não tira a responsabilidade do estado de também fazê-la. A divulgação precisa ser feita nos terminais de ônibus, no próprio transporte público, na grande mídia, nas redes sociais, enfim, trazer esses estudantes, especialmente aqueles que já foram nossos estudantes e que, por algum motivo, se evadiram. Precisamos correr atrás dessas pessoas para garantir a eles esse direito.

Do lugar de onde falo, além de defender nossos estudantes, preciso também citar aqui a situação dos profissionais. Há uma grande ansiedade desses professores que trabalham

na EJA que estão o tempo todo preocupados se terá turma. E isso envolve uma série de coisas, entre elas, a jornada de trabalho.

Então é extremamente importante garantir a EJA com a jornada do cargo, podendo declinar se assim o profissional desejar ou necessitar. Mas a JEIF é importantíssima. Precisamos que a Prefeitura de São Paulo aprove um projeto para garantir as jornadas. Assim, diminuiremos os problemas para os profissionais, para os docentes. Tenho certeza que professores valorizados são professores motivados e que fazem o seu trabalho da melhor forma possível. E é isso que precisamos.

Por fim, dizer que a EJA faz parte de um projeto que desejamos para a cidade. Se a educação é libertadora, educar os nossos jovens e adultos para serem livres, para serem críticos, para construir uma sociedade melhor, é acreditar num futuro muito melhor do que o que temos hoje.

Boa noite, boa audiência para todos nós. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Michele.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Em seguida, Vereador. Deixe-me chamar agora, de forma presencial, o Sr. Fábio Renzo, representando o Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. FÁBIO RENZO – Boa noite a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa na figura do Vereador Celso Giannazi.

Para não ser repetitivo, quero dizer o seguinte: às vezes, dá a impressão, para nós, que a política da Educação de Jovens e Adultos é construída com os governantes olhando para os profissionais, ao invés de olhar primeiro para o aluno, para o jovem, para o adulto, que já foi alijado de uma política de educação de qualidade que garantisse a ele cumprir as fases, as etapas e níveis na idade correta. Ele já foi alijado uma vez e agora é premiado com uma falta de política pública.

Mas para não ficar sendo repetitivo e para não ser negativo, eu queria falar de uma política exitosa da Prefeitura. Todo mundo aqui conhece Educação Infantil, Ensino Fundamental

em período integral? Educação integral em tempo integral? Já ouviram falar. Já ouviram em uma escola ou outra.

Onde que a política pública institui a escola - e eu estou elogiando, é uma política pública exitosa, com méritos -, mas onde é que se instala a Educação Infantil, o Ensino Fundamental em tempo integral? Vocês sabem? Em que escola? É na escola onde a demanda diminuiu, e eu estou elogiando. Então, os governantes chegam a uma escola onde a demanda de Educação Infantil diminuiu e falam: “Vamos dar educação em tempo integral”. Do Ensino Fundamental, a mesma coisa.

Ora, a Educação de Jovens e Adultos merece, tem direito legal, constitucional, ao mesmo pensamento político-educacional: eu tenho que dar a vaga onde o aluno está. Estou representando o Vereador Eliseu Gabriel, que pediu para elogiar a iniciativa da audiência pública, mas também sou diretor de escola, e sempre fui diretor de escola com EJA. Sempre fizemos a busca ativa por conta própria e o aluno apareceu. Mas quem tem a obrigação de busca ativa é o estado, o governante.

A gente que é mais velho, viu, no final dos anos 90, começo dos anos 2000, uma política deliberada por parte do estado de fechamento da Educação de Jovens e Adultos, sendo que na Prefeitura a gente tinha que ter vivido o tempo do Paulo Freire, com vínculo entre o MOVA e a chamada suplência, na época, quando a escola dava continuidade à educação daquele aluno.

Eu acho que a gente tem que reivindicar dos governantes essa mesma política de instituição da educação integral para as crianças. A demanda não importa. Tem gente exigindo 40 alunos por sala, com vulnerabilidade de segurança. Eu sou diretor daquela escola localizada no terminal Jabaquara do metrô, Cacilda Becker, e sou professor de EJA no noturno do Sussumu Hirata.

É fácil montar EJA num terminal do metrô, onde tem demanda grande, mas tem que juntar “x” por sala? E aí fecha a sala. Eu acho que a gente está com sete salas lá agora. Enfim, é isso que quero dizer: por que não uma turma de 19 alunos? Porque ficam olhando o professor

que trabalha à noite como se ele estivesse praticando uma maldade. E não. Muitos de nós fizemos e fazemos isso por defesa de uma política pública voltada a ressarcir cidadãos daquilo que já foi tirado uma vez, e querem tirar uma segunda vez.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Fábio. Importantes palavras.

Tem a palavra o nobre Vereador Daniel Annenberg, que está de forma *on-line*.

O SR. DANIEL ANNENBERG – Sr. Presidente, de forma breve, depois de ouvir vários dos depoimentos, dos quais alguns foram muito emocionantes, importantíssimos, eu já fico pensando nos encaminhamentos. Eu acho que a gente deveria, pela Comissão, consolidar várias das questões levantadas, diversos posicionamentos para encaminhar para a Secretaria da Educação e, além disso, solicitar uma reunião, uma conversa específica com a Secretaria da Educação para tratar de todos esses assuntos.

Eu acho que a audiência está sendo muito produtiva, muito importante, mas eu fico sempre pensando na continuidade e no que a gente pode fazer para defender o EJA junto à Prefeitura. Então, eu já queria deixar o meu posicionamento sobre algumas medidas que a gente pode tomar como encaminhamentos desta ótima audiência pública, da qual peço licença pois terei que me retirar por ter outro compromisso.

Fico muito feliz com tudo o que ouvi e acho que a gente está certo e convicto de defender o EJA na cidade de São Paulo, não tenho dúvida disso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Vereador Annenberg. É muito importante, vamos consolidar esses dados pela Comissão de Educação da Câmara Municipal, encaminhar esses dados para a Secretaria Municipal de Educação cobrando providências também, uma reunião da Comissão de Educação com a própria Secretaria.

Nós fizemos um observatório da demanda do canal de denúncias das escolas que estavam fechando, e temos alguns exemplos aqui. Vou falar rapidamente o nome das escolas que estão fechando a sala de EJA: EMEF Olegário Mariano; EMEF Senador Milton Campos;

EMEF Professor Airton Arantes Ribeiro; CEU EMEF Casa Blanca; CEU EMEF Emerson Ferreira de Souza; EMEF Professor Paulo Freire; EMEF Eusébio Rocha Filho; EMEF Milton Campos; EMEF Zilka Salaberry; EMEF Bernardo Ohiggins; EMEF Dr. Gaspar Ricardo Júnior; EMEF Castro Alves; EMEF Mario Lago; EMEF José Kauffmann; EMEF Jardim Monte Belo; EMEF Francisco Meireles; EMEF Neusa Macedo.

Além dessas, quase todas as DREs têm escolas fechando e a gente vai buscar esses dados, compilar e cobrar uma providência da Secretaria Municipal de Educação.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – O que dirá no céu o Professor Paulo Freire na hora que souber que a EJA está fechando na Escola Paulo Freire?

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Verdade, Supply. Paulo Freire que foi o grande criador junto com a Prefeita Erundina.

Paulo Freire era Secretário Municipal de Educação da Prefeitura da Luiza Erundina, melhor Prefeita da cidade de São Paulo de todos os tempos. Então, ele deve estar se remoendo vendo fechar as salas da EJA.

Tem a palavra a Sra. Aparecida Diniz Machado, aluna da EMEF Deputado João Sussumu Hirata.

A SRA. APARECIDA DINIZ MACHADO – Boa noite, senhoras e senhores.

Por que o EJA é tão importante? Para mim, é muito importante. Em um ano que eu voltei para a escola, eu já aprendi tanta coisa que eu não tinha ideia do que acontecia no mundo. Eu fui acostumada a trabalhar e trabalhar, a cuidar da família, do esposo, dos filhos, auxiliar os meus irmãos e irmãs, fui criada dessa forma, para esse sentido, e eu tinha tanta vontade de ser enfermeira pediátrica, mas o meu sonho ficou para trás.

Hoje eu voltei. Gente, como eu vibro todos os dias que eu estou estudando e vou realizar o meu sonho. Pode ser que eu não pratique a profissão que eu acho bonita, mas é um sonho que estou prestes a realizar, e vou realizá-lo. Mas, para isso, a EJA não pode me faltar, a EJA não pode deixar o meu sonho, não só o meu, mas de várias mães, avós, até mesmo a garotada de hoje que precisa do EJA.

Por que eles querem fechar? Porque vai faltar o conhecimento para nós, os mais desfavorecidos. É mais prático fechar e nos deixar sem conhecimento, porque assim nós não vamos saber dos nossos direitos, o que podemos ter e seremos submetidos a tudo o que a maioria dos patrões acha que a gente tem que se submeter. E nossos conhecimentos vão por água abaixo. Não tendo conhecimento, não vamos poder ensinar os nossos filhos, os nossos netos, as crianças que estão vindo aí.

Então, o EJA é muito importante, é muito necessário, é muito preciso. Não deixem fechar, vamos lutar para o EJA continuar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Marinalva, Associação dos Moradores de Americanópolis.

A SRA. MARINALVA – Boa noite a todos.

—

Não sou muito boa com as palavras. Eu venho de comunidade, de família muito pobre, e agora vim resgatar os meus direitos, o tempo que eu perdi da minha juventude, da minha infância, por não poder estudar naquela época, porque precisei ir trabalhar logo cedo. Agora a gente está tendo essa oportunidade, com o EJA, de voltar a estudar, de lutar pelos nossos direitos.

Como eu posso liderar uma comunidade se eu mesma não for exemplo? Então, eu decidi me dar essa oportunidade de liderar uma comunidade, por questões de preconceito, de racismo, por ser pobre, por ser negra, eu decidi resgatar a minha vida no EJA. E devido a estar estudando, também estou trazendo outras levas comigo para o próximo ano. Por isso, a gente está lutando, pedindo, implorando para que mantenham as nossas escolas EJA abertas, porque perdemos as nossas escolas e os professores também perdem os seus trabalhos.

E como será o nosso Brasil sem conhecimento, sem um futuro? Porque educação é igual a saúde, é um direito de todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Parabéns, muito obrigado, Marinalva. Tem

a palavra a Sra. Rosane Moraes, aluna da EMEF Deputado João Sussumu Hirata.

A SRA. ROSANE MORAIS – Boa noite a todos. De tudo o que já foi dito aqui, todo mundo concorda, é lógico. E eu quero falar, em especial, da minha escola Deputado João Sussumu Hirata e dos meus maravilhosos professores.

Eu parei de estudar na década de 70, em 1971, porque ou eu estudava ou eu trabalhava. Eu vim para São Paulo para trabalhar em casa de família, então não dava tempo de estudar porque não tinha horário nas escolas. Passaram-se os anos, família, tal.

Há dois anos, eu tinha o sonho de estudar no EJA, que eu já conhecia, mas um problema muito grave de família me impediu. E há um ano e meio esses queridos professores me perseguiram no supermercado para eu voltar a estudar no EJA no Sussumu Hirata, que eu moro ao lado. Eles ficaram me perseguindo durante um ano e eu falava assim: “Eu não estou preparada”, porque eu tinha passado por uma perda muito grande e o meu psicológico não estava legal.

Depois de um ano de perseguição, eu fui obrigada a me matricular e estou no EJA. Estou na quinta série e sempre falo para o Professor Paulo que eu tenho um sonho de infância e vou conseguir chegar lá, gente, eu vou ser professora. (Palmas) E eu só tenho 64 anos.

Gente, não deixem fechar EJA nenhum, por favor. Esses meninos e meninas são maravilhosos, carinhosos, pacientes. Eles se doam tanto para a gente que cada adulto, cada idoso, se sente acolhido. Vamos lutar para a gente se formar, porque eu quero me formar em Pedagogia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado.

Vou chamar agora uma estudante, a Joice, para fazer o uso da palavra.

A SRA. JOICE FERREIRA – É importante dizer que, segundo os dados da própria SME, 30% dos alunos da EJA têm até 19 anos, 30%. Então, é importante ouvir também a voz dos estudantes jovens da EJA.

Boa noite a todos. Eu tenho 25 anos e fiquei nove anos da minha vida sem estudar.

Eu fui mãe nova e hoje, graças a Deus e a todos os professores do Colégio Carlos Augusto que vêm me incentivando muito, que é o professor Bruno e a Josi, estou estudando e tenho o sonho de me formar em Enfermagem.

E, graças a Deus, eu venho me empenhando na escola. Por isso, não podem fechar o EJA porque não só eu, como todos os jovens que estão ali comigo na mesma sala, precisamos muito do EJA. Então, eu queria pedir que não fechassem os EJAs.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Está ótimo. Muito obrigado, Joice.

Tem a palavra o professor Paulo Moraes, da EMEF Deputado João Sussumu Hirata, responsável pela coação à dona Rô para voltar a estudar. O professor Paulo também tem o projeto Musicando, na rede musical, que é maravilhoso, e já se apresentou na Câmara Municipal várias vezes e em vários lugares. Parabéns, professor Paulo, pela perseguição.

O SR. PAULO MORAES – Boa noite a todos e a todas, à Mesa. Parabenizar o Vereador Celso Giannazi pela iniciativa.

Eu estou apenas há 30 anos na mesma escola, EMEF Deputado João Sussumu Hirata. Então eu conheço um pouco da escola e da região. Somos de Pedreira, DRE Santo Amaro.

O que eu venho relatar são coisas bastante sérias, e gostaria muito que isso fosse visto e investigado a fundo. A gente faz a busca ativa indo na comunidade. A gente vai às feiras, a gente vai nos mercados, onde encontrei a Dona Rô. A gente vai nas comunidades próximas adjacentes a nossa escola na captação de alunos, isso não é de hoje. Há anos a gente faz isso. E muitos relatos de alunos, que para mim é muito sério, eles falam: “nossa, eu fui em tal escola e não me receberam”; “eu fui em tal escola e falou que não era hora de fazer a inscrição”; “eu fui em tal escola e não fui atendido”; “eu fui mal atendido”. Então o funcionário público que se preza a esse papel precisa responder por isso, porque escola pública não é escola particular. Não é escola que a pessoa fala assim: “vou abrir tantas salas de EJA, porque eu quero ou porque eu não gosto de tal professor, porque eu não gosto de tal aluno”. Então isso tem que acabar.

A gente precisa ter consciência de que a gente precisa atender essa demanda, que é imensa. Não tem uma propaganda em lugar nenhum. A gente faz a nossa divulgação, há quase dois meses, em frente a nossa escola e tem pessoas que param e falam: “tem aqui nessa escola supletivo? Tem. Tem Supletivo. Ah, eu não sabia”. Então a gente precisa investigar isso seriamente, essa política de fechamento da EJA que não é de hoje. Isso é intencional, sempre foi velado. Mas esse ano, ele está sendo escancarado. Muitos não estão sendo atendidos, até por má vontade.

Então eu peço que essa audiência pública fiscalize isso a fundo. Acho que o que acontece lá na nossa região também acontece em outras regiões. Queria fazer um pedido: os nossos alunos, quando acabam curso, de uma região periférica como a maioria das escolas que está aqui, e a quantidade de ônibus já diminuiu. Então a gente precisa pensar em uma forma que tenha condução para os nossos alunos, para eles poderem ir embora com tranquilidade e em segurança. (Palmas)

Moramos em uma cidade riquíssima, pagamos impostos altíssimos, é para ter isso de qualidade? Uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade. Obrigado.

Quero mandar um abraço para os meus queridos alunos. Saudar os professores Jorge e Ari, que estão comigo. Quero dar um abraço no Vereador Suplicy, um cara que admiro demais. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado Professor Paulo.

Passo a palavra ao professor Marcio Vidal.

O SR. MARCIO VIDAL – Boa noite a todos.

Sou professor da rede municipal, fui professor da rede estadual durante dez anos. Praticamente toda minha vida como professor eu dei aula na EJA, tanto no estado quanto na Prefeitura. Além disso, quero dizer que Educação de Jovens e Adultos faz parte da minha vida desde criança.

Meus pais foram alunos de Educação de Jovens e Adultos. Meu pai era da época do Telecurso 2000, ficava em casa assistindo às 4h00 da manhã na TV Cultura, era uma das

exigências do trabalho. Acordar às 4h e chegar em casa às 8h da noite. Era um processo massacrante na vida do trabalhador. Minha mãe tinha feito a 5ª série, mal sabia ler ou escrever, voltou para escola onde eu dava aula e fez o ensino fundamental, escrevendo perfeitamente textos maiores e com a alfabetização completa pela EJA.

Gostaria de dizer que a SME e a Prefeitura de São Paulo tem uma política que é: a gente não fecha salas, diminui aqui, a gente joga para lá para fazer os polos. Cacilda Becker era um polo da DRE Santo Amaro. Fica em frente ao Metrô Jabaquara – o diretor está aqui - tinha filas de alunos. Hoje o Cacilda Becker está fechando sala. Os alunos sumiram? Entraram em um buraco e sumiram? O que aconteceu? Uma escola que tinha fila de espera, hoje fecha sala porque a SME e a DRE falam que não tem aluno, que os alunos não se interessam. Se não se interessam é culpa da SME. É culpa de quem organiza a política pública de São Paulo. Dizer: o acesso à educação, à EJA não tenho direito; ao transporte, a dificuldade de tirar um passe escolar, horário diferenciado. É incrível o que a SME fala, que a prioridade é a educação infantil e ensino fundamental. Que eu saiba a EJA tem ensino fundamental. A educação do município é ensino fundamental ou não? Educação especial? Então é má-fé da Prefeitura de São Paulo e de SME.

Gostaria de dizer que o Paulo Freire foi alfabetizado pela EJA tornando-se o patrono da educação do Brasil, um dos principais nomes do mundo. Foi alfabetizado pela EJA. Mas a SME não sabe disso, porque ela se preocupa sabe com o quê? Em punir o professor. Alguém falou aqui, que antes de olhar a vaga do aluno, eles falam: “ah, ali o professor quer uma aula. Vamos derrubar esse professor”. É dupla punição. A população que perde o acesso à educação, porque eles já fazem participando de reuniões em diversas DRES. E a fala é: “ah, o professor está preocupado com a aula dele”, como se fosse proibido se preocupar com a própria aula. Parece que é um crime o professor se preocupar que tem que dar aula. Se ele perder a aula, ele perde o salário. E para SME economizar o que? Vir aqui na Câmara Municipal e isentar milhões de reais, empresas que devem impostos milhões e milhões eles isentam aqui nesta Casa, nesta Câmara, os impostos de quem não pagam impostos. Tiram do ombro dos trabalhadores.

Deixo aqui minha indignação e registrar que é sistemática sim. Eles criam, fecham aqui, falam que o polo é ali, e depois fecham aquele polo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado professor Marcio Vidal.

Encerrando, passar a palavra ao professor João Batista da EMEF Carlos Augusto. Professor João Batista tem uma luta na história da EJA. Bateu na porta da DRE Santo Amaro por diversas vezes exigindo abertura de salas da EJA.

O SR. JOÃO BAPTISTA – Boa noite a todos.

Sou professor na EMEF Carlos Augusto. Primeiramente, agradecer ao Vereador Celso Giannazi da oportunidade aos nossos alunos e colegas a estarem aqui. Agradecer sua assessoria que fez aí essa intermediação.

Quero trazer alguns dados embasados nos depoimentos que aconteceram aqui, de que no Brasil, após as reformas trabalhistas, a precarização do trabalho – assim como Marcio Vidal citou – na época dos pais dele o trabalho no Brasil já era precário, mas foi precarizado ainda mais. Isso teve uma relação direta com a queda do número de cadastros e matrículas da EJA no Brasil. Tem estudos sobre isso.

Junto a isso veio a pandemia e a Professora Luciana Cavalcanti sempre cita um dado interessante que é: em cada quatro pessoas que morreram por Covid em São Paulo, em determinado período da pandemia, três não possuíam a educação básica. O que isso significa? Além das mortes e da sequela, o empobrecimento em massa dessa fatia da população que já teve o direito tolhido de estudar na chamada idade correta. A política do governo para isso é cortar, no momento em que essa fatia precisa de acolhimento. O Governo Ricardo Nunes, o Secretário Padula vem com o facão para cortar dinheiro, para economizar dinheiro com essa parcela da população.

Nós reivindicamos primeiro a supressão da publicação que prevê um número mínimo de alunos para abertura de sala, porque se tiver um, dois ou três alunos, eles têm o direito. Não podem ser tolhidos mais uma vez no direito de estudar. Uma denúncia: fecharam uma escola

próximo de nós, no Jardim Mirim, Sampaio Dória, uma escola da qual trabalhei, mas que muitos alunos não migraram para nossa escola como polo, porque estavam acostumados com os funcionários, com os professores, com a localização, particularidade que foi citada em muitas falas aqui dos nossos estudantes.

Outra coisa que foi cobrada do Secretário em reunião, quando ele esteve presente em Santo Amaro, é um grupo de trabalho com a presença do Conselho da EJA, dos sindicatos, dos estudantes para pensar política pública intersecretarial, pensando no acesso e na permanência dos nossos estudantes. É isso que está acontecendo. Pensar na mãe, na mulher trabalhadora que não tem onde deixar o seu filho. Pensar que a gente vai defender a abertura de CEIs com concursos, adicional noturno para os professores, enfim. alguma coisa que dê esse suporte. Pensar em uma bolsa que subsidie, porque são longas jornadas de 14, 15 horas de trabalho.

Tem uma coisa interessante, a colega que falou que vai assumir como diretora na EMEI no Ipiranga, a mudança nas regras, para aquisição do bilhete único. A gente recebia o bilhete único na escola e repassava para os alunos. Esse bilhete começou a ser entregue na casa dos alunos. Então para entender o grau de precarização de vida que a gente vive, que tem aqui na cidade São Paulo, ou eles não estavam, não tinha ninguém em casa, por conta das longas jornadas de trabalho, ou o correio não alcançava aquele endereço. Então muita gente não consegue receber esse bilhete.

Defendemos o transporte público, como o professor Paulo falou, uma defesa de uma bolsa que subsidie esses alunos, que deixem de ter a necessidade de trabalhar 14, 15, 16 horas por dia, assim como abertura de sala que seja para 1,2 ou três alunos. Esse direito não lhes podem ser tolhidos mais uma vez.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado Professor João Batista.

Assim, encerramos as inscrições.

Essa audiência que foi muito importante. Vocês tenham certeza de que não será em

vão. Consolidaremos dados de tudo que foi falado, os dados coletados das escolas que fizeram denúncias das salas que foram fechadas. Estamos coletando mais informações da cidade como todo, e vamos fazer esses encaminhamentos.

O Vereador Suplicy, no início, solicitou que a gente oficiasse a Secretaria Municipal de Educação. Vamos fazer isso com todos os dados compilados. E requerendo, após esses dados, uma reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a Secretaria Municipal de Educação com esses dados em mãos para que possamos fazer esse debate, para saber o que está acontecendo.

É muito importante isso. Vamos encaminhar esses dados para Defensoria Pública do Estado. Agradecer a presença dos representantes da Defensoria Pública e dos representantes do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que receberão todos os dados que a comissão recolher para poder dialogar, para saber o que está acontecendo e que esse processo de fechamento se encerre imediatamente, e que tenhamos um processo de crescimento do aumento do número de salas de aulas na cidade São Paulo.

Agradecer a presença das representantes da Secretaria de Educação, Patrícia e Simeia, que vieram como ouvintes da Secretaria, para levar as nossas demandas ao Secretário Municipal de Educação, principalmente das pessoas que estão nas escolas, os educandos, educadores, que conhecem a realidade que tanto nos aflige nas escolas, elas puderam ouvir e levar ao Secretário.

Agradecer a presença do Arnaldo, da Luna.

Passo a palavra ao Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sr. Presidente, Celso Giannazi, ouvimos depoimentos muito importantes a respeito de quão relevante é a EJA - Ensino para Jovens e Adultos. Inclusive mães, pessoas mais idosas que frequentam, mas também os professores que conhecem bem todos os alunos da EJA.

Fiquei pensando, quem sabe poderíamos ter uma audiência pública em que sejam convidados o Secretário Municipal de Educação Padula e aquele que foi Secretário da Educação,

ao substituir quando ele saiu, o Professor Paulo Freire, uma pessoa tão conhecida em São Paulo, no Brasil; o Professor Mário Sergio Cortella, porque ele tem, certamente na cabeça dele, o conhecimento e toda experiência de quem viveu a criação do EJA no município de São Paulo, que acabou sendo um exemplo para tantos outros municípios brasileiros.

Então essa é sugestão que eu faço. E que quando houver audiência pública com a presença do Secretário Municipal da Educação vocês todos estão convidados a estarem presentes novamente e serão avisados. Mas, quem sabe, Mário Sergio Cortella possa produzir um diálogo altamente instrutivo para nós vereadores e todos que defendem o EJA.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Muito obrigado Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Sugestão acatada. Vamos consolidar os dados feitos aqui nessa audiência pública e apresentar um requerimento na Comissão de Educação na próxima semana para ser aprovado e encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação e os órgãos competentes.

Agradeço a presença de todos: educadores e educandos. Parabéns pela luta que vocês desenvolvem em seus territórios em defesa da EJA, da educação pública de qualidade.

Antes de vocês irem embora, está sendo servido um lanche na Sala Tiradentes. Chamo todos à frente para fazermos uma foto coletiva dessa grande audiência pública.

Agradecer ao Fernando e Rafael da assessoria.

Estão encerrados nossos trabalhos.